

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ATUÁRIA

Piero Roberto Teixeira Fonseca

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO X RESULTADOS DO ENEM

São Paulo

2022

Piero Roberto Teixeira Fonseca

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO X RESULTADOS DO ENEM

Monografia submetida à apreciação de Banca Examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof. Dr. João Ildebrando Bocchi

São Paulo

2022

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Ficha Catalográfica

Fonseca, Piero Roberto Teixeira.

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO X RESULTADOS DO ENEM / Piero Roberto Teixeira Fonseca - São Paulo, 2022.

46 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas
Orientador: João Ildebrando Bocchi.

1. Enem. 2. Educação. 3. Investimento.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, em especial meus pais, por sempre priorizarem tanto a educação de seus filhos, deixando de lado suas vontades próprias para atender as nossas e garantir um futuro. Também gostaria de agradecer-los por incentivarem minha carreira profissional e dedicarem tempo para o meu crescimento.

Agradeço também ao meu irmão, Lucca, e minha namorada, Bruna, por me incentivarem nesta jornada e ensinaram a nunca desistir e sempre dar o melhor de mim.

Expresso também reconhecimento e profundo agradecimento ao Prof. Doutor João Ildebrando Bocchi que me auxiliou com maestria, dedicação e compreensão durante esta monografia.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar os fatores socioeconômicos de jovens estudantes e a relação desses fatores com as notas obtidas através do exame nacional do ensino médio, ENEM. Será feita a priori, uma análise geral sobre o quadro financeiro do Brasil para entender o contexto econômico do qual o país estava inserido a partir dos anos 70. Além disso, será abordado mais especificamente as políticas econômicas voltadas para a área da educação. A partir desse panorama geral, será analisado o quadro educacional brasileiro, afim de entender as dificuldades enfrentadas por estudantes de diferentes perfis financeiros, em especial aqueles menos favorecidos e como esse quadro foi agravado durante a pandemia da COVID-19. Na última parte da pesquisa, busca-se compreender a importância do ENEM para a educação do país que se tornou a principal porta de entrada para jovens de baixa renda ao ensino superior, porém, considerando os entraves que ainda devem ser superados para o pleno alcance e permanência dessa iniciativa educacional a todos os estudantes no Brasil.

Palavras-chave: ENEM; Educação; Economia; Desigualdade; Investimentos.

ABSTRACT

The national objective of the present work is to analyze the socioeconomic factors of young student students and the relationship of these factors with grades, analyzing the socioeconomic factors of teaching, ENEM. It will be a priori, a general analysis of Brazil's financial framework to understand the context of which the country from the 0. From this overview, the Brazilian educational framework will be considered different, in order to understand the difficulties faced by students with financial profiles, especially those less favored during the COVID-19 pandemic. In the last research, we seek to understand the importance of education in the country ENEM for the main gateway of income to higher education, however, considering the obstacles that still must be served for the full reach and permanence of this education to all students in the initiative Brazil.

Keywords: ENEM; Education; Economy; Inequality; investments.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019) ...	21
Figura 2 - Gráfico do desempenho médio de alunos da rede estadual e da rede privada no ENEM 2011-2020	23
Figura 3 - Índice de frequência escolar	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Abandono escolar por idade (%)	22
Tabela 2 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo as Grandes Regiões, o sexo e a cor ou raça (%)	27
Tabela 3 - Números do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – Investimentos no sistema educacional brasileiro	10
1.1 Contexto geral da economia brasileira.....	10
1.2 Panorama educacional do Brasil (1950-1990).....	13
1.3 Orçamento público no Brasil	18
CAPÍTULO II – Desigualdade educacional e pandemia	20
2.1. Desigualdade de renda e nível educacional	20
2.2. Escolarização e perfil socioeconômicos dos ingressantes	24
2.2.1 Escola pública x privada ingresso ao ensino superior.....	27
2.3. COVID-19.....	28
CAPÍTULO III - ENEM: avanços e dificuldades.....	32
3.1 Importância dos programas sociais para a educação: FIES e ProUni.....	32
3.2 Indicadores de Enem.....	34
3.3 O ENEM e a educação nacional	36
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação é um direito social garantido pela nossa Constituição que assegura que todo o cidadão para que haja seu pleno desenvolvimento, tenha acesso a educação, algo intrínseco ao indivíduo, qualificando assim o mesmo para o mercado de trabalho. Nesse cenário, as instituições de ensino possuem um papel fundamental pois é através destas instituições que o processo de desenvolvimento das crianças e dos jovens sucedem. Na esfera pública, anualmente aprova-se uma Lei que inclui valores no qual são destinados à manutenção das atividades do Estado, que é o orçamento anual. Deste total, uma parte é destinada ao setor da Educação, porém percebe-se que nos últimos anos este investimento vem sofrendo com mais reduções.

Entretanto, no de 2017 foi aprovada uma Emenda Constitucional, popularmente conhecida como “Teto de Gastos”, desde então, ela impede que os gastos públicos por sua vez sejam excedidos mais que a inflação. Segundo dados do Ministério da Economia, no ano de 2021 o valor investido em educação pública foi o equivalente a R\$90,29 bilhões, o que representa 2,78% dos gastos públicos, representando a menor taxa desde a década passada. Atrelado ao baixo investimento no setor, o número baixo de inscritos no Enem de 2021 chama a atenção. Foram registradas 4.004.764 inscrições, o que representa o menor registro desde 2007.

No primeiro capítulo da presente pesquisa, serão associadas informações citadas com análises acerca da atual conjuntura educacional no país e evidenciar as falhas do sistema e como causa segregação ao acesso a uma formação e na entrada nas universidades afim de analisar alguns aspectos a respeito dos investimentos na educação brasileira e suas consequências nos resultados apresentados através do Exame nacional do ensino médio.

No segundo capítulo, será analisado alguns índices a respeito do quadro desigual da educação brasileira, a fim de explicitar, através dos dados, as discrepâncias regionais.

Por fim, o terceiro capítulo será pautado nas discussões a respeito do Enem, sua importância para os estudantes e os obstáculos que devem ser enfrentados para alcançar o pleno acesso a todos que almejam ingressar no ensino superior.

a) NATUREZA/JUSTIFICATIVA DO TEMA

Segundo Lakatos e Marconi, o tema é o assunto que se deseja provar ou desenvolver. As fontes para a escolha do assunto podem originar-se da experiência pessoal ou profissional, de estudos e leituras, da observação, da descoberta de discrepâncias entre trabalhos ou da analogia com temas de estudo de outras disciplinas ou áreas científicas. É necessário evitar a eleição de temas muito amplos que ou são inviáveis como objeto de pesquisa aprofundada ou conduzem a divagações, discussões intermináveis, repetições de lugares comuns ou "descobertas" já superadas. Visto essa breve explicação, proponho o tema "Investimento em educação e seus reflexos em provas unificadas". Buscando dessa forma evidenciar a importância do investimento na área da educação, comparando por regiões, e encontrar uma possível relação entre regiões com mais investimento e com melhores resultados.

b) HIPÓTESES DE TRABALHO

Para Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, uma vez formulado o problema, com a certeza de ser cientificamente válido, propõe-se uma resposta "suposta, provável e provisória", isto é, uma hipótese. Ambos, problemas e hipóteses, são enunciados de relações entre variáveis (fatos, fenômenos); a diferença reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese, sentença afirmativa mais detalhada. Há várias maneiras de formular hipóteses, mas a mais comum é "Se x, então y", onde x e y são variáveis ligadas entre si pelas palavras "se" e "então". Na presente pesquisa a hipótese será que em lugares com menores taxas de investimentos ou incentivos a educação, menores também serão as notas gerais nas provas do ENEM.

c) OBJETIVOS

Com base no texto, o objetivo pode ser dividido em dois: Geral e específico. O objetivo geral está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas. Vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto. Já o específico apresenta caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo final buscar evidenciar, através de análise de dados e outros artigos, as condições que um vestibulando tem de fazer sua prova e como isso afeta nos resultados.

CAPÍTULO I – Investimentos no sistema educacional brasileiro

A educação é um dos principais pilares para o crescimento do indivíduo, ela é responsável pela formação cidadã e por promover oportunidades para que a pessoa possa se desenvolver socialmente. Porém, apesar de sua essencialidade, a superação dos problemas educacionais ainda é um desafio mundial, como manifestado na elaboração da Agenda 2030¹, que delinea objetivos e metas a serem perseguidos no período 2016–2030 para alcançar o desenvolvimento sustentável global.

Nesse capítulo, será feito um panorama em torno da educação do Brasil de 1950 até o governo de FHC na década de 90, considerando o contexto político e econômico do país e investimentos governamentais na área. Além disso, será analisada as disparidades entre estudante de escolas públicas e escolas privadas, e a relação deste com o ingresso no ensino superior.

1.1 Contexto geral da economia brasileira

A dificuldade da economia brasileira mesmo após o fim do regime militar (1964-1985) foi a inflação, essa inflação que diversos economistas tentaram solucionar nos anos 80 (CASTRO, 2011). Os planos econômicos para contê-la se mostraram falhos a longo prazo, além disso, o país se encontrava em uma profunda recessão, esse cenário só foi controlado em 1994, no governo Itamar Franco (1992-1994), com o chamado Plano Real. Porém, as políticas neoliberais já estavam inseridas na economia brasileira desde o governo Collor (1990-1992), caracterizado por aberturas políticas e privatizações. A década anterior foi totalmente focada no ajuste das contas brasileiras, inflação, dívida interna e tentativa de obter-se um superávit comercial, tendo como medida a diminuição de importações e aumento das exportações. O começo das medidas foi com a nova política industrial, que passou a ter um contraste maior nos anos 90. (LACERDA et al, 2010, p.272).

A nova política de industrialização, explicada pelo PICE (Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior) se contrapunha com a anterior (substituição de

¹Agenda 2030: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.internacional.df.gov.br/agenda-2030-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/#:~:text=A%20Agenda%202030%20%C3%A9%20um,governos%20em%20todo%20o%20mundo>

importações com expansão das atividades) e focava na competitividade, redução de tarifas, desenvolvimento de novos setores (especialização), evolução tecnológica, exposição da indústria brasileira no ambiente internacional, entre outros. Na época, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social), no início dos anos 90, foi o precursor no quesito de competitividade entre as indústrias, por meio da chamada “integração competitiva” onde os recursos eram destinados para o aumento da competitividade, modernização das indústrias e, o mais importante para entender o processo que o país estava levando para as parcerias com instituições privadas.

Desse modo, para que as privatizações fossem concretizadas, era necessário fazer mudanças na política industrial e o BNDES foi um parceiro do governo nesse período, financiando as empresas que seguissem seu critério de “integração competitiva”. O resultado desse acompanhamento foi a redução da diversificação de produtos e no foco em outros, e a terceirização de alguns processos como transporte, limpeza e cozinha. Assim, o contexto histórico é marcado por um grande aumento no número de privatizações no Brasil e mudanças no papel do Estado além de ocorrerem muitas demissões por conta das medidas adotadas. (LACERDA et al, 2010, p. 273).

Na década de 80, o Brasil tinha a política de redução de importação e incentivo de exportações, no intuito de se obter superávits comerciais, com propósito de controlar a dívida externa. Foi bem-sucedido, de certa forma, pois em 1985 a economia brasileira encontrava-se em uma situação melhor que na recessão de anos atrás, acompanhando a balança comercial em superávit para o pagamento dos juros da dívida externa, além das reservas brasileiras chegarem a U\$ 12 bilhões em 1985. O perfil exportador do país também mudou, pois nos anos 60 o café era o principal produto exportado e os produtos manufaturados não somavam $\frac{1}{4}$ do total. Já em 1985, podia-se observar a diversidade de produtos exportados pelo país (Coriat e Saboia, 1988).

O descontrole inflacionário e a instabilidade política, junto com a recessão, foram o cenário do fim dos anos 80. Tais fatos também são explicativos: o Brasil, em comparação aos demais países, estava atrasado em tecnologias, não só de máquinas e produtos, mas também na maneira de gerir o capital-trabalho. (LACERDA et al. 2010, p.266)

O governo Sarney, no entanto, foi responsável pelo início das negociações do Mercosul, que foi concretizado no governo Collor pelo tratado de Assunção, em 1990. O bloco regional, foi importante para a abertura comercial não somente pela liberalização intrabloco, mas também diminuiu as tarifas por meio da Tarifa Externa Comum – TEC. As barreiras tarifárias, criadas para impulsionar a exportação e diminuir a importação

(vários produtos eram inclusive proibidos de se importar, com a existência da Lei do Similar Nacional), foram extintas (1.300 produtos que eram proibidos de importar, chamado “Anexo C” além das tarifas diminuírem consideravelmente nesse período (entre 1990 e 1994, elas ficaram cerca de 1/3 do que era nos anos 80) (GARAGORRY, 2008; p.188).

A abertura da economia brasileira intensificou-se a partir de 1990. **O esgotamento do modelo de substituição de importações e a crescente desregulamentação dos mercados internacionais contribuíram para uma reestruturação da economia brasileira**, influenciada pela redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não tarifárias. A tarifa nominal média de importação, que era de cerca de 40% em 1990, foi reduzida gradualmente até atingir seu nível mais baixo em 1995, 13% (LACERDA et al, 2010, p. 264).

A abertura comercial, na ótica do consumidor brasileiro, foi uma grande melhoria. A população passou a ter acesso a uma variedade grande de produtos importados, bens e serviços, com preços reduzidos e tecnologias avançadas; porém houve impactos negativos sobre o emprego no Brasil, além da pressão para o produtor nacional, que se viu em uma situação de impostos/juros aumentados e uma carência de infraestrutura/tecnologia.

Assim, a educação mostrou-se nesse período, um grande empecilho pois, a carência no sistema educacional brasileiro em decorrência das crises teve como consequência, entre as muitas que esse tipo de desprovimento pode acarretar para um país, a falta de treinamento profissional diante das novas tecnologias do mercado internacional, ocasionando em uma perda de produtividade. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, no período de 1980-90, teve um crescimento produtivo de 3,6% ao ano, muito atrás do nível internacional. (Lacerda et. Al; 2010, pg. 264).

Dessa forma, é possível destacar que apesar do Brasil conseguir alavancar sua economia após períodos de crises, a educação se mostra um importante instrumento para manter e capacitar a população beneficiando os setores tanto econômicos como políticos de um país. Entretanto, como será abordado na próxima parte da presente pesquisa, ela ainda que seja essencial, demorou para se tornar prioritária na agenda do orçamento público.

1.2 Panorama educacional do Brasil (1950-1990)

Segundo STRASSBURG; OLIVEIRA; RIPPEL (2015), nos anos 50 os projetos em torno do plano de desenvolvimento do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), o Plano de Metas, possuía cinco grandes eixos: energia, transportes, indústria, alimentação e educação, porém, apesar de ocupar um relevante espaço na agenda governamental, a educação foi o eixo mais desatendido, considerando que “apenas 3,4% das verbas foram previstas para a educação, enquanto 93% de recursos foram destinados à energia, transporte e indústria de base”(STRASSBURG; OLIVEIRA; RIPPEL, 2015, p. 27). Nesse contexto, a educação básica foi posta de lado e grande parte do investimento educacional foi aplicado na formação técnica e no ensino superior ainda de acordo com os autores, durante o governo de JK entre 1956 e 1960, “atingiu-se a taxa de crescimento médio da economia brasileira em 8% ao ano. A educação, considerada um dos alicerces do crescimento econômico de longo prazo, não esteve no centro do planejamento no governo JK” (STRASSBURG; OLIVEIRA; RIPPEL, 2015).

Em contrapartida, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), desenvolveu a divulgação do nacionalismo desenvolvimentista abrindo espaço ao investimento estrangeiro, valorizando-se ainda mais o ensino-técnico profissional (GHIRALDELLI, 2000). Porém, no período de 50 anos (1900-1950) as taxas de analfabetismo no Brasil se mantiveram altas, em 1950 50,6% da população acima dos 15 anos era analfabeta (INEP, 2003, p.6). Dessa forma, a falta de investimento no ensino primário que havia sido colocado de lado em prol do ensino técnico, ocasionou no atraso educacional de grande parte da população, uma vez que investimentos na educação básica poderiam trazer benefícios econômicos importantes ao longo prazo.

Na década de 60, ocorreram mudanças no quadro educacional do Brasil com a implantação de um Estado autoritário, a partir de 1964, marcado por um período de “repressão, privatização do ensino, exclusão de setores sociais mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública” (STRASSBURG; OLIVEIRA; RIPPEL, 2015, p.). A educação era vista como necessária para atender às necessidades da crescente industrialização e a ideia de privilegiar o ensino primário marcou os anos de 1964 a 1968. Os presidentes militares em parceria com o governo dos Estados Unidos, estabeleceram através do MEC, em 23 de junho de 1965 o primeiro acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), representado pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda, e a *United States Agency for*

International Development (USAID). De acordo com CUNHA (2009) “Este primeiro acordo relativo ao ensino superior passou mais de um ano sem ser divulgado até novembro de 1966), e, ao sê-lo, foi recebido pelo meio universitário com grandes reservas e objeções”. No total foram realizados doze acordos com a USAID.

Segundo ALVES (2001, p. 37), os acordos MEC/USAID visavam o fortalecimento do ensino primário, a assessoria técnica dos americanos para o aperfeiçoamento de melhorias no ensino médio, modernização administrativa, universitária, entre outros.

Em relação à profissionalização oferecida pelo ensino de 2º grau, o que se pretendia era a generalização da habilitação profissional. A finalidade do 2º grau era preparar o aluno para o exercício de uma atividade profissional. A obrigatoriedade da profissionalização acabou acentuando a desigualdade de acesso à universidade, na medida em que o empobrecimento da formação geral nas escolas públicas, em benefício de disciplinas profissionalizantes criou dificuldades para os alunos que chegavam ao 2º grau, mas não tinham recursos financeiros para realizar cursos pré-vestibulares (CUNHA, 2000; FRIGOTTO, 1984; PILETTI, 1988 *apud* STRASSBURG; OLIVEIRA; RIPPEL, 2015, p.28).

Em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 determinou a previsão de que os municípios deveriam destinar 20% de sua receita tributária à educação (GONÇALVES, 2013, p.48). Embora:

(...) A Emenda Constitucional Nº. 1, de 1969, restabelecesse a vinculação de 20% da receita tributária para o ensino primário no caso dos Municípios, as demais esferas de governo (federal e estadual) deixaram de ser obrigadas a aplicar um percentual mínimo em educação, desvinculação essa apontada como uma das razões para a deterioração da educação pública no período e o conseqüente favorecimento da iniciativa privada. Segundo Velloso, A participação das despesas do MEC [Ministério da Educação e Cultura] nos gastos totais da União, que variou entre 8,5% e 10,6% entre 1960 e 1965, caiu vertiginosamente para valores entre 4,4% e 5,4% no período 1970-1975, justamente na era do “milagre econômico” (VELLOSO, 1988, p. 360).

Assim, segundo (STRASSBURG; OLIVEIRA; RIPPEL, 2015, p.30), pode-se dizer que durante o regime militar (1964-1984) o país teve avanços e custos para os brasileiros, reformas no ensino, repressão, prisões e crescimento econômico marcaram duas décadas de lutas e conquista.

A década de 80, foi marcada pela crise econômica e pelo fim da ditadura militar no Brasil (1964-1985) com isso, ocorreram muitos movimentos pela redemocratização que incluía além de outras pautas, campo educacional. No contexto econômico externo do Brasil, para Lacerda (2010) o choque dos juros advindo do Plano Brady e a crise petróleo, geraram uma recessão na economia brasileira refletindo déficits nas contas externas e a queda no PIB, o país ficou submisso às exigências contratuais do Banco Mundial e do FMI, num modelo de desenvolvimento, baseado em investimento estatal e financiamento

externo, que influenciou profundamente as políticas internas dos países devedores que sofriam com os salários eram reduzidos, alto índice de desemprego, inflação crescente e a desigualdade chegava mais próxima da pobreza.

A Constituição de 1988 trouxe para a educação do Brasil um importante avanço, nesta carta magna um espaço foi reservado à educação, no seu artigo 205, assegura que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mas é em seu artigo 208, no § 1º, que essa Lei declara o ensino, obrigatório e gratuito, direito público subjetivo - por ser direito de toda pessoa, mesmo não estando em idade escolar e por se tratar de uma regra jurídica, que serve para regular os interesses dos poderes públicos, elevando, dessa forma, o Estado como o sujeito da ação de oferecer o que a lei garante (STRASSBURG; OLIVEIRA; RIPPEL, 2015, p.30).

Além disso, determinava índices de financiamento governamental, para aplicabilidade na área educacional: mínimo de 18% da receita dos impostos pela União e 25% pelos estados e municípios (BRASIL, 1988). Dados de 1989 indicavam que a população na faixa de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos) na escola atingia 82,2%, enquanto o atendimento à população de 0 a 6 anos era de 15,3% e o da população de 15 a 19 no ensino médio era de 16,5%. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, por sua vez, estava em 18,8% (MEC, 2015)².

Nos anos 90 ocorreu a reforma na educação do Brasil. O contexto em que o país estava inserido foi marcado pela vertente neoliberal. De acordo com OLIVEIRA (2010), o neoliberalismo é a política liberal readequada para a era da globalização devido à grande participação dos organismos multilaterais na definição das políticas educacionais, os quais colocavam a educação como estratégia para competitividade e ascensão do país na agenda global (OLIVEIRA, 2010). Globalização esta, que coloca o mundo em uma mesma agenda econômica (*ibid*, 2010), isso fez com que os países repensassem suas agendas e as discussões denominadas de “*O consenso de Washington*” deixaram documentadas as

² **RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015.** MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36039-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015>.

possibilidades de a América Latina inserir-se nesse grupo que se tornou uma solução na década de 90 (LEME, 2010).

Segundo MUSSIO e DAMBROS (2014):

No governo Collor, iniciado em 1990, deflagrou-se de fato um processo de ajuste da economia brasileira as exigências da reestruturação global da economia, o qual foi iniciado com a abertura do mercado doméstico aos produtos internacionais, em uma época em que o país mal havia iniciado sua reestruturação produtiva. Esta desvantagem forçou a busca por instrumentos que garantissem vantagem competitiva ao país, encontrando na literatura internacional a afirmação de que seria a educação um dos principais determinantes da competitividade entre os países. (...) A produtividade demandava qualificação profissional dos trabalhadores, atribuindo-se mecanicamente à educação o condão de sustentação da competitividade no período. Vasta documentação internacional oriunda de importantes organismos multilaterais divulgava este ideário por meio de diagnósticos, análises e propostas de soluções consideradas cabíveis a todos os países da América Latina e Caribe, no que toca tanto à educação quanto à economia (SHIROMA et al., 2011 *apud* MUSSIO; DAMBRO, 2014, p.4).

Ainda de acordo com os autores, no governo Collor, foi intensificada a busca por “instrumentos que garantissem vantagem competitiva ao país, encontrando na literatura internacional a afirmação de que seria a educação um dos principais determinantes da competitividade entre os países” (SHIROMA et al., 2011 *apud* MUSSIO; DAMBRO, 2014). A demanda por qualificação profissional dos trabalhadores se intensificou, “atribuindo-se mecanicamente à educação o condão de sustentação da competitividade no período. Vasta documentação internacional oriunda de importantes organismos multilaterais divulgava este ideário por meio de diagnósticos, análises e propostas de soluções consideradas cabíveis a todos os países da América Latina e Caribe, no que toca tanto à educação quanto à economia” (*ibid*, 2014, p.10).

Tendo em vista essa necessidade crescente por qualificação, algumas das intenções do governo Collor para o setor educacional foram expressas nos seguintes documentos: O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990), O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991- 1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991).

O PNAC, MEC propôs a mobilização da sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não governamentais e de reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos 5 anos seguintes. Já no Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991- 1995) a meta era inserir o país na nova revolução tecnológica pela qual atravessava o mundo, exprimindo propostas de situar o Brasil no mundo moderno. Tais propostas apontavam para a educação como fonte potencializadora das possibilidades de um desenvolvimento sustentado e de uma sociedade democrática, de acordo com os princípios difundidos pela Teoria do Capital Humano (THC). Assim, as ideias de equidade, eficiência, qualidade e competitividade são introduzidas na educação (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001; MACHADO, 2001).

Nos anos posteriores, em especial ao governo de Fernando Henrique Cardoso, no que se refere ao financiamento da educação, segundo PINTO (2002, p.124), a política para o setor nos anos FHC “teve como pressuposto básico o postulado de que os recursos existentes para a educação no Brasil são suficientes, cabendo apenas otimizar a sua utilização, por meio de uma maior focagem nos investimentos e uma maior “participação” da sociedade”. Ainda segundo o autor:

Nessa lógica, aliás, em fina coerência com o pensamento neoliberal, prioriza-se, por exemplo, o ensino fundamental em detrimento do ensino superior, ou ainda, no caso do primeiro, o ensino para as crianças na faixa etária ideal, em detrimento da educação de jovens e adultos. Quanto a possíveis recursos adicionais, estes deverão advir do setor privado, por intermédio das parcerias com empresas ou do trabalho voluntário de pais e dos “amigos da escola” conforme conhecido projeto da Rede Globo de Televisão. Esta postura talvez explique por que, no período FHC, o país gastou em recursos públicos, em média, 4% do PIB com ensino e 8% do PIB com o pagamento de juros e encargos da dívida pública. O resultado foi um gasto médio por aluno da educação básica da ordem de 11% de nossa renda per capita, ou cerca de US\$ 300/aluno-ano (*ibid*, p.124-125).

O Governo FHC, também se tornou marcado pela intensa propaganda que fez para mostrar que os gastos com educação no país, foram comparáveis àqueles dos países desenvolvidos. A foi manchete estampada no boletim online do INEP de 23/11/98, que dizia: “Brasil gasta com educação igual (sic) países da OCDE”. De acordo com o texto, segundo dados da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), o país gastava em educação pública o equivalente a 5% do PIB, fato que o colocava no mesmo patamar de boa parte dos países do Primeiro Mundo (PINTO, 2002, p.125).

A retrospectiva histórica feita nessa parte da presente pesquisa, mostra que a educação no Brasil foi orientada historicamente pelos interesses do governo atuante, entretanto, foi importante mencioná-las a fim de explicitar como a educação foi desenvolvida no país até 2003 quando o governo de Luís Inacio Lula da Silva foi eleito. Segundo OLIVEIRA (2009, p.198), o primeiro mandato do presidente Lula foi marcado,

no campo educacional por “permanências que rupturas em relação ao governo anterior, tendo sido herdeiro de uma reforma educacional de longo alcance e complexidade, que durante os dois mandatos do governo que o precedeu FHC mudou os rumos da educação brasileira do nível básico ao superior, restava a esse governo pré-reformar a educação ou conservar e manter as iniciativas anteriores, a opção parece ter sido pelo segundo caminho”. Na próxima parte será analisado o orçamento público voltado para educação no Brasil.

1.3 Orçamento público no Brasil

Para entender a dimensão da dinâmica que se dão a distribuição dos recursos públicos, deve-se compreender inicialmente como se definem os gastos no orçamento público, ou seja, como se estabelece a legislação orçamentária. Feita em 1964, a Lei nº 4.320 estabelece as normas gerais para a elaboração dos orçamentos públicos e para o controle das finanças públicas, essa lei define, no seu artigo 2º, que: “[...] a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade” (BRASIL, 1964).

Segundo Gouveia (2002), os instrumentos presentes nessa lei têm como objetivo possibilitar o controle público sobre as definições dos orçamentos e referem-se à: reunião em um único documento do conjunto das receitas e despesas do Estado (unidade orçamentária); previsão do conjunto de receitas e despesas de forma a que a aprovação feita pelo legislativo se faça sob uma visão de totalidade das contas públicas (universalidade); e à limitação de tempo para a execução orçamentária (anualidade).

Na Constituição Federal de 1988, artigo 165, compreendem leis de iniciativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), cabendo ao Poder Legislativo apreciá-las no âmbito de cada esfera da federação e aprová-las.

O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal é o Plano Plurianual (PPA). Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de

quatro anos, iniciando no segundo ano de mandato de um presidente e se prolongando até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor. A elaboração do PPA começa a partir de um projeto de lei proposto pelo Poder Executivo, então é submetido Congresso Nacional, após a validação e votação ele será sancionado. Durante sua vigência, o PPA norteia a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). A Constituição Federal determina também que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais sejam elaborados em consonância com o PPA (GOV.BR, 2022). Segundo Salvador (2010), essas diretrizes têm por objetivo assegurar a continuidade das políticas públicas nas mudanças de governos e apenas os programas que estão assegurados pelo PPA devem receber recursos nos orçamentos anuais ou serem priorizados na LDO.

A Constituição Federal de 1988, estabelece que a LDO compreenda as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual; dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (Artigo 165, § 2º) (BRASIL, 1988). Com a LOA aprovada, o Poder Executivo passa a executar o orçamento anual e tem a obrigação de prever cotas trimestrais para autorização da despesa, além de manter um contínuo processo de acompanhamento da execução das receitas e despesas mensais. No final do exercício financeiro, o Poder Executivo deve prestar contas ao Poder Legislativo. Tal procedimento é mediado pelos Tribunais de Contas, órgãos auxiliares do Legislativo, que emitem parecer prévio sobre o Balanço Anual, que deve nortear a discussão para aprovação ou não das contas anuais do Poder Executivo (GOUVEIA, 2002).

Em suma, conforme referido no PNE os fatores que devem ser combatidos na educação brasileira, seria: (i) realizar estudos sobre custo da Educação Infantil com base nos parâmetros de qualidade, com intuito de melhorar a eficiência e garantir a generalização da qualidade do atendimento; (ii) no Ensino Fundamental, o plano se refere ao ensino de qualidade como direito considerado indissociável ao acesso e à permanência do estudante; (iii) no Ensino Médio, há preocupação com os elevados índices de abandono escolar e reprovação/repetência de anos escolares estudados; (iv) no magistério da Educação Básica, o PNE reza que a melhoria da qualidade do ensino somente será concretizada com o devido e concomitante reconhecimento do magistério.

CAPÍTULO II – Desigualdade educacional e pandemia

Em países com altas taxas de desigualdades sociais como o Brasil, metade da população brasileira mais pobre ganha apenas 10% do total da renda nacional, isto é, “na prática isso significa que os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que recebem os 10% mais ricos no Brasil”¹. Nesse contexto, as discussões sobre acesso à educação não podem dispensar a análise sobre as relações entre a origem social das pessoas e seu êxito escolar, uma vez que no país, aqueles estudantes advindos das camadas mais favorecidas economicamente da sociedade, possuem mais facilidades para acessar o ensino superior em comparação aqueles advindos de escolas público com perfil socioeconômico inferior. Este quadro foi agravado durante os anos da pandemia COVID-19 que assolou o mundo e impactou diretamente na área educacional dos países, evidenciando ainda mais a desigualdade existente nas estruturas da sociedade.

O presente capítulo será pautado na análise sobre a relação renda e educação, além de demonstrar através de dados o perfil socioeconômico da maioria dos estudantes que acessam o ensino superior no país, por último será feita uma abordagem em torno da COVID-19 e seus impactos para a educação do Brasil.

2.1. Desigualdade de renda e nível educacional

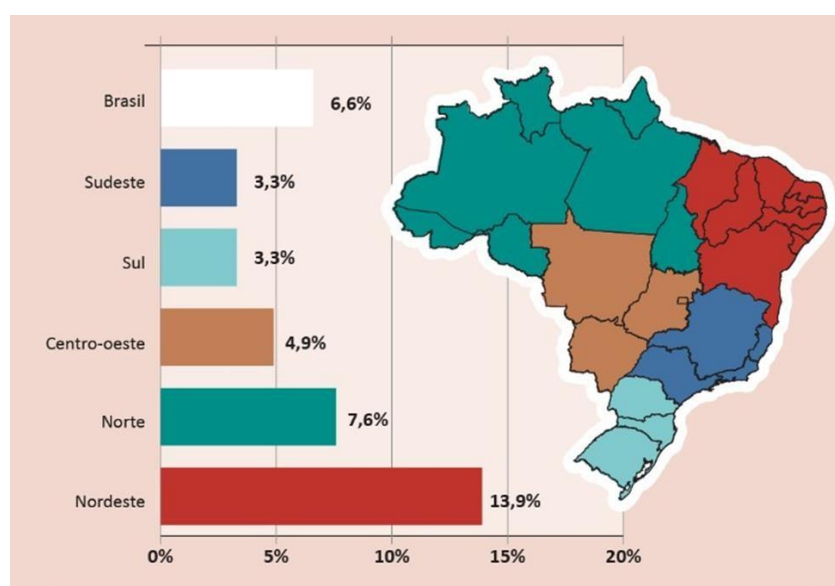
Em 20 países da região da América do Sul, os 20% mais ricos têm em média cinco vezes mais probabilidade do que os 20% mais pobres de concluir o ensino médio. Na Guatemala, 5% dos mais pobres concluem o ensino médio, em comparação com 74% dos mais ricos.² Quando a pobreza se sobrepõe a outros tipos de vulnerabilidade, as desvantagens na educação são ampliadas. Por exemplo, em sete países, os meninos mais pobres e as meninas mais pobres que vivem em áreas rurais têm taxas de conclusão do ensino médio inferiores a 50%. A segregação social nas escolas latino-americanas é alta. Isso prejudica a coesão social, pois os diferentes grupos sociais não têm oportunidades suficientes para desenvolver uma experiência social comum na qual as diferenças são reconhecidas, valorizadas e aproveitadas.

¹ FERNANDES, Daniela. “4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório.” BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761#>

² RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO 2020. UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375582>

Os países da América do Sul e mais especificamente o Brasil, é historicamente marcado pela desigualdade social a qual reflete na concentração de renda e na carência financeira e operacional de diversas áreas sociais do país como sistema de saúde, segurança e educação. Em destaque a essa última, vê-se que a escassez de oportunidade para a população de um modo geral corrobora uma falha no sistema educacional visto que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada em 2019, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade é estimada em 6,6% a qual reflete mais de 11 milhões de brasileiros.³

Figura 1 - Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019)



Fonte: IBGE. Diretoria de pesquisas.

Além da taxa de analfabetismo, levando-se em conta jovens de 14 a 29 anos, quase 50 milhões de pessoas o que reflete mais de 20% do total, não completaram o ensino médio no país e as causas são as mais diversas dentre elas por não ter nunca frequentado escolas desde o ensino infantil até o abandono escolar antes de completar o ensino médio.

³ No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). A taxa de 2018 havia sido 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019. A **Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%)**. Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%. (IBGE EDUCA, 2022). Disponível em:

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=No%20Brasil.>

Ao analisarmos a tabela abaixo, é possível relacionar o abandono escolar com maior frequência a partir dos 16 anos, de forma que a sociedade brasileira é obrigada, de modo geral, a optar pela remuneração financeira a curto prazo com o intuito de complementar a renda familiar. É comum notar também que, de acordo com a tabela abaixo, há uma maior desistência escolar quando comparado às cores. Assim, indivíduos de cores negras e pardas tendem a abandonar o ensino fundamental com maior frequência quando comparados com brancos. Além disso, quando se compara os sexos, mulheres tendem a frequentar e permanecer mais no ensino médio do que homens, de um modo geral.

Tabela 1 - Abandono escolar por idade (%)

Grandes Regiões, sexo e cor ou raça	Idade em que abandonou a escola pela última vez (%)						
	Até os 13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos ou mais
Brasil	8,5	8,1	14,1	17,7	17,8	15,8	18,0
Norte	9,7	7,3	11,3	14,0	15,2	15,9	26,6
Nordeste	9,0	7,3	13,9	14,9	16,4	16,2	22,2
Sudeste	8,7	9,0	14,9	21,6	18,2	14,6	12,9
Sul	7,1	9,9	16,3	19,2	20,6	15,5	11,4
Centro-Oeste	5,9	6,3	12,2	16,6	20,6	18,6	19,9
Sexo							
Homem	9,0	7,7	13,6	17,4	18,0	16,9	17,5
Mulher	7,8	8,8	14,9	18,0	17,4	14,3	18,8
Cor ou raça							
Branca	8,3	9,5	14,6	19,4	18,2	15,2	14,9
Preta ou parda	8,6	7,7	13,9	17,0	17,6	15,9	19,2

Fonte: IBGE. Diretoria de pesquisas, 2019.

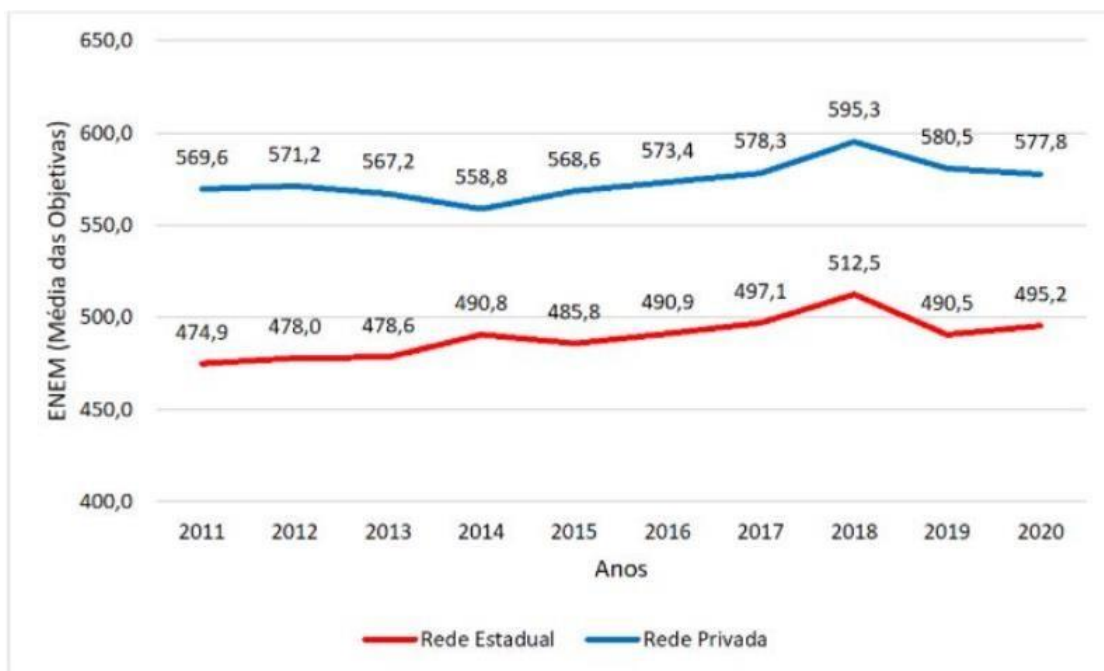
Não só a taxa de analfabetismo e os índices de desistência escolar de acordo com idade, cor e sexo como também a disparidade de qualidade entre as escolas brasileiras públicas e privadas é um importante marcador para ressaltar a falha do sistema educacional. A diferença da qualidade do ensino público frente ao ensino privado exalta a má gestão financeira e o esgotamento do sistema, alimentando a desigualdade social. De acordo com Castro (2009):

De acordo com o gráfico abaixo, estudantes de escolas particulares têm maior desempenho nas áreas de conhecimentos exigidos pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) do que estudantes das escolas públicas. Tais fatos refletem não só a diferença entre a qualidade do ensino entre escolas públicas e privadas, como também, é possível relacionar que, esses alunos, ao adentrarem no sistema de ensino superior, garantem melhores cargos profissionais e melhores condições laborais e financeiras.

Assim, conclui-se que os indivíduos que compõem a classe marginalizada são aqueles que não concluíram o ensino médio, que não conseguiram adentrar no ensino superior e conseqüentemente têm um menor retorno financeiro visto que ocupam cargos informais. Logo, é possível relacionar que

os indivíduos de baixa renda com um menor retorno financeiro não serão capazes de proporcionar um ensino de qualidade para seus dependentes, e por isso, esses serão obrigados a continuar com a educação precária.

Figura 2 - Gráfico do desempenho médio de alunos da rede estadual e da rede privada no ENEM 2011-2020



Fonte: Blog dados *apud* INEP, 2020

Outro quesito importante que configura uma falha do sistema é o sucateamento das escolas públicas os quais reverberam na baixa distribuição de recursos educacionais como livros didáticos, materiais escolares, funcionários aptos e empenhados, na infraestrutura precária os quais fomentam o baixo grau de desenvolvimento intelectual dos alunos que frequentam esses ambientes quando comparados com alunos que frequentam escolas particulares capazes de proporcionarem tal infraestrutura.

É importante reiterar que o ambiente educacional além de proporcionar um desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem, precisa também propiciar a interação social e o desenvolvimento físico a partir da infraestrutura escolar, uma vez que essa integração de estímulos facilita o aprendizado. Diversos estudos feitos no Brasil e no mundo, dialogam sobre quais seriam os indicadores que afetam o conhecimento dos alunos e qual seria essa estimativa em relação ao desempenho dos alunos nos exames para adentrar no ensino superior. Entretanto, apesar de reconhecer as características psicológicas que podem influenciar no aprendizado, o foco da presente pesquisa é uma análise econômica sobre os fatores sociais que influenciam nas notas obtidas através do ENEM. No próximo capítulo será analisado mais detalhadamente o perfil socioeconômico dos ingressantes no ensino superior do Brasil.

2.2. Escolarização e perfil socioeconômicos dos ingressantes

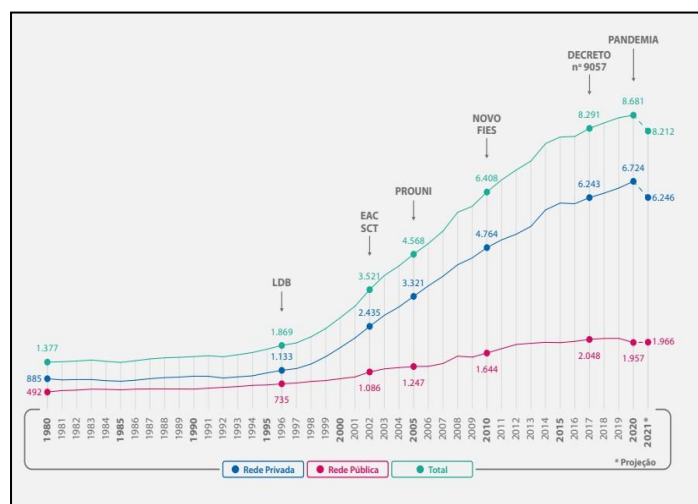
Conforme abordado no primeiro capítulo da presente pesquisa, no final do Século XX, houve um movimento crescente da educação, ligado a educação técnica, ou seja, a educação como um investimento individual, impulsionado pela demanda do mercado (Tedesco, 2012). Porém, a região da América Latina e Caribe historicamente possui índices altos de pobreza, embora segundo o relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO (2021), a porcentagem de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia - caiu de 11,7% em 2000 para 3,8% em 2018 e tenha aumentado 0,4% desde 2015 (Banco Mundial, 2020).

De acordo com o relatório da UNESCO, a pobreza está concentrada nas áreas rurais e entre povos indígenas, afrodescendentes e pessoas com deficiência, dessa forma, a América Latina e o Caribe (por terem grande concentração de pessoas nessa situação) continua sendo a região mais desigual do mundo (CEPAL, 2019a *apud* UNESCO, 2020, p.5). Apesar da frequência e a conclusão escolar terem aumentado constantemente nos

últimos 20 anos, o número de crianças, adolescentes e jovens fora da escola diminuiu ligeiramente, de 15 milhões em 2000 para 12 milhões em 2018, assim “A região se aproximou da universalização da frequência entre crianças e adolescentes em idade do ensino fundamental, ao passo que a frequência entre jovens em idade do ensino médio aumentou de 70% em 2000 para 83% em 2018. As taxas de conclusão aumentaram de 79% para 95% nos anos iniciais do ensino fundamental, de 59% para 81% nos anos finais do ensino fundamental, e de 42% para 63% no ensino médio, acima das médias globais de 85%, 73% e 49%” (UNESCO, 2020 p.6).

Especificamente no Brasil, de acordo com o Mapa do Ensino Superior no Brasil 2022, divulgado pelo Instituto Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior de todo o país, o número de matrículas no ensino superior de estudantes no Brasil cresceu timidamente desde 2019. Ocorreu um aumento de 1,8% das matrículas de 2018 para 2019, já de 2019 para 2020 o aumento foi ainda menor de 0,9%, este seria de acordo com o documento, um provável resultado do primeiro ano da pandemia da Covid-19. Os dados apontam que no total das matrículas em 2020 houve uma queda de alunos advindos da rede pública de 6,0%, esse seria outro reflexo da pandemia, uma vez que a adoção do ensino remoto na rede pública foi muito mais demorada do que em relação ao ensino particular. Em julho de 2020, 8,7 milhões de alunos não tinham acesso ao ensino remoto no Brasil, sete em cada dez estudantes tiveram alguma aula a distância (EXAME, 2020). Assim, mesmo com a pandemia, a rede privada registrou um aumento de 3,1% nas matrículas no período, puxada pela modalidade EAD (SEMESP, 2022).

Figura 3 - Índice de frequência escolar



Fonte: Semesp, 2020

Outra questão importante abordada pelo relatório da UNESCO de 2020 se refere as disparidades educacionais associadas a uma série de características individuais. De acordo com o relatório, os homens estão em desvantagem nas matrículas do ensino médio e ensino superior e as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de concluir cada nível de educação “Para cada 100 meninas, 96 meninos concluíram os anos iniciais do ensino fundamental, 93 concluíram os anos finais do ensino fundamental e 89 concluíram o ensino médio. Para todos os 22 países com dados disponíveis, exceto Guatemala e Haiti, as mulheres têm taxas de conclusão do ensino médio mais altas do que os homens” (UNESCO. 2020 p.7). Este dado é importante, pois reflete a questão do trabalho uma vez que “normas de gênero arraigadas são prejudiciais à educação de meninas e meninos. Os meninos pobres enfrentam fortes expectativas de que deixarão a escola mais cedo para trabalhar em empregos não especializados que não exigem conclusão do ensino médio” (ibid, 2020 p. 7).

No Brasil existe um documento que estipula 12 metas do Plano Nacional de educação⁴, estabelecendo uma taxa de escolarização líquida de 33% até 2024. De 2019 para 2020, a taxa de escolarização sofreu uma queda de 0,3 ponto percentual, reflexo do primeiro ano da pandemia de Covid-19 que afetou diretamente o setor da educação superior, que ficou impedido de ministrar aulas presenciais, este cenário agravado pela pandemia será melhor analisado no próximo capítulo.

Dessa forma, conclui-se neste capítulo que a segregação social nas escolas latino-americanas em especial no Brasil permanece alta apesar de terem ocorrido algumas melhoras pontuais. O cenário desigual do país é prejudicial na medida que os diferentes grupos sociais não têm oportunidades suficientes para desenvolver de forma igualitária, uma experiência social comum na qual as diferenças são reconhecidas, valorizadas e aproveitadas independentemente das distinções econômicas e culturais.

A segregação escolar por nível socioeconômico é evidente, o Mapa do Ensino Privado no Brasil, utilizando os dados do Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), registra o chamado índice de dissimilaridade⁵, mostrando a maior segregação tanto para o

⁴ O PNE foi elaborado com esses compromissos, largamente debatidos e apontados como estratégicos pela sociedade na CONAE 2010, os quais foram aprimorados na interação com o Congresso Nacional. (© Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014.)

⁵ “(...) índice de dissimilaridade é uma medida de segregação escolar por nível socioeconômico, que atribui valores entre zero (sem segregação) e um (segregação máxima)” (UNESCO 2021 p.7)

grupo socioeconômico mais baixo (0,47) quanto para o mais alto (0,49) na América Latina, em comparação com países não-OCDE (0,39 e 0,41, respectivamente) e países da OCDE (0,37 e 0,39, respectivamente). De acordo com o relatório, “A América Latina e, em menor grau, o Caribe (Caixa 1.1) têm dados de educação desagregados por sexo, localização e status socioeconômico. No entanto, como apontado pelo “Mapa do Ensino Superior no Brasil” (2022, p.25), por várias razões, há escassez de dados comparáveis de qualidade suficiente para aqueles em risco de exclusão devido a deficiência, etnia e língua, migração e deslocamento, encarceramento ou orientação sexual e identidade de gênero.

2.2.1 Escola pública x privada ingresso ao ensino superior

Como dito anteriormente, a responsabilidade pela oferta da educação é garantida pela nossa Constituição, porém essa oferta é dividida entre estados e municípios. Num contexto como o do Brasil onde sabemos que há uma desigualdade entre regiões e com uma vasta disparidade existente entre as diversas redes de ensino.

Tabela 2 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo as Grandes Regiões, o sexo e a cor ou raça (%)

Grandes Regiões, sexo e cor ou raça	Indicadores de educação (%)					
	Taxa de escolarização (1)	Taxa ajustada de frequência escolar líquida (2)	Frequência escolar adequada	Atraso escolar dos estudantes	Não frequenta escola e já concluiu a etapa	Não frequenta escola e não concluiu a etapa
Brasil	32,4	25,5	21,4	11,0	4,1	63,5
Norte	33,3	21,0	18,0	15,2	3,0	63,7
Nordeste	32,0	19,5	17,0	15,0	2,5	65,5
Sudeste	31,2	28,1	23,2	8,0	4,9	63,8
Sul	34,6	30,6	25,9	8,8	4,8	60,6
Centro-Oeste	35,0	31,1	25,4	9,6	5,7	59,3
Sexo						
Homem	30,7	21,5	18,4	12,3	3,1	66,3
Mulher	34,2	29,7	24,5	9,7	5,1	60,7
Cor ou raça						
Branca	37,9	35,7	29,7	8,2	6,0	56,1
Preta ou parda	28,8	18,9	16,1	12,7	2,8	68,3

Fonte: IBGE. Diretoria de pesquisas, 2019.

Segundo os dados do IBGE na tabela 2 enquanto nas regiões Centro-Sul a taxa de estudantes de 18 a 24 anos ou mais de idade varia entre 3,5% e 5,4% nas regiões Norte e Nordeste varia de 8% a 13,9%. Observa-se também na figura x que apesar das taxas de escolarização serem semelhantes entre as regiões, o ajuste/etapa apresentou diferença,

enquanto no Centro- Sul o atraso escolar de adolescentes entre 18 e 24 anos fica em torno de 8% a 9,6%, já nas regiões Norte e Nordeste esse atraso fica em torno de 15% além disso o percentual de não estudantes com uma graduação completa não passou de 3%. De acordo com Monteiro (2018):

A renda per capita das famílias, por exemplo, é um fator que colabora para a desigualdade educacional entre as regiões. Filhos de pais pobres, por exemplo, tendem a ter menos educação que filhos de pais ricos. Por este motivo, regiões com maior proporção de pobres tendem a ter médias educacionais mais baixas que as demais. Fato que pode ser observado na tabela 1, em que a média educacional das regiões Norte e Nordeste são menores que as demais regiões do país. No entanto, os resultados obtidos neste estudo sugerem que não é a desigualdade na distribuição das características dos indivíduos e das famílias, o maior responsável pela desigualdade regional educacional, e sim a desigualdade na resposta a essas características. Isto é, o efeito maior é o da desigualdade nas respostas a essas características, que são medidas pelos parâmetros das regressões. Esse efeito responde por 72% (1.48/2.05) da defasagem na região Norte, 76% da defasagem do Nordeste, 73% nos estados do Sudeste, 69% nos estados do Centro Oeste, e praticamente toda a defasagem do Sul, representando 94% da diferença regional em educação. Em outras palavras, a maioria da desigualdade regional em educação. (Monteiro, 2018, p.70)

Ao observarmos o desempenho dos alunos de escolas públicas vemos que o desempenho dos alunos da rede privada se mostra superior, portanto, aqueles que frequentam instituições que são pagas já possuem um reflexo da sua condição socioeconômica no ambiente familiar, o que pode estar relacionado com o nível de escolaridade dos seus pais. Como podemos ver na Tabela “X”, a renda média dos alunos das escolas particulares é três vezes maior do que a dos alunos das escolas públicas. Vemos então que a influência da família no desempenho dos estudantes como: renda financeira, educação dos pais e o acesso à informação (possível chegar nessa conclusão através dos dados do Uso da internet) são fatores considerados fundamentais para o desempenho. Sobre acesso a tecnologia, segundo dados da revista Educação Pública (2021) “ocorre que o Brasil, país com vasta dimensão territorial, apresenta distintas realidades. Os maiores centros urbanos se localizam na Região Sudeste, enquanto a Região Norte possui a menor densidade demográfica do país. Municípios distantes das capitais em estados com grande território, como o Pará, por vezes encaram a exclusão digital”. Um ponto importante, pois, ter acesso à tecnologia é o passo inicial para combater a exclusão digital que atinge um grande contingente de estudantes no Brasil.

Ao refletirmos sobre os dois últimos parágrafos vimos como a evasão escolar se comporta nas regiões do Brasil e as causas que influenciam essas decisões. A evasão escolar além de comprometer o desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural dos indivíduos, o abandono escolar tem como reflexo direto a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Geralmente as pessoas que não conseguem completar o seu ciclo acadêmico acabam por ocupar cargos informais onde a remuneração tende a ser menor e a qualificação baixa. Para as classes marginalizadas em uma sociedade como a brasileira, essas dificuldades em se dedicar aos estudos impedem que essas pessoas se desenvolvam e saiam dessa condição.

2.3. COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como pandemia o surto de covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), identificado pela primeira vez em seres humanos em dezembro de 2019, na China na cidade de Wuhan. O surto da doença rapidamente se espalhou globalmente, e em março do mesmo ano já havia 2.5 milhões de casos confirmados e o número de mortes já passavam dos 100 mil (BBC, 2020), dois anos depois, os números eram assustadores: os casos diários da doença atingiam cerca de 2,4 milhões de pessoas confirmada (Folha s.d. 2022), hoje no mundo mais de 6,59 milhões de pessoas morreram em mais de 650 milhões de casos segundo estatísticas da plataforma google. No Brasil os dados apontam que já são mais de 688 mil mortos pela doença e 34,8 milhões de casos na maior tragédia sanitária em um século.

Essa tragédia evidenciou algumas características da distribuição de renda mundial. De acordo com o Relatório sobre as Desigualdades Mundiais em 2021⁶ que analisou o impacto da pandemia de covid-19, exacerbou o aumento da fatia dos bilionários no total da riqueza global. O estudo se refere ao Brasil como "um dos países mais desiguais do mundo" e diz que a discrepância de renda no país "é marcada por níveis extremos há muito tempo". O texto afirma que as diferenças salariais no país foram reduzidas desde 2000,

⁶ O Brasil permanece um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo segundo o World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais), que integra a Escola de Economia de Paris e é codirigido pelo economista francês Thomas Piketty, autor do bestseller O Capital no Século 21, entre outros livros sobre o tema. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.ghtml>.

graças sobretudo à política de transferência de renda do Bolsa Família e ao aumento do salário-mínimo. Ao mesmo tempo, os níveis extremos de desigualdade patrimonial no país continuaram aumentando desde meados dos anos 90 (BBC, 2021).

A violenta propagação da covid-19 para todos os países do planeta e a inexistência de uma solução através de uma vacina capaz de tratar a doença, levaram à implementação de quarentenas e lockdowns em vários países. Essa medida foi a saída encontrada para frear a propagação do vírus, garantindo através do distanciamento social, a diminuição dos níveis de contágio, para evitar o colapso dos sistemas de saúde dos países. Nesse contexto, todos setores da economia e da sociedade foram afetados, nos sistemas de educação ao redor do planeta não foi diferente, ocorreram efeitos graves da pandemia e que permanecem como um desafio até hoje. Segundo relatório do Banco Mundial, cerca de 1,4 bilhão de estudantes ficaram fora da escola em mais de 156 países (Políticas, 2020)⁷. Na América Latina e no Caribe, mais de 154 milhões de crianças e adolescentes se encontravam na mesma situação, número que representa cerca de 95% dos alunos matriculados na região, segundo estimativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020)⁸.

O relatório do World Bank aponta que devido a pandemia, a América Latina e Caribe pode ser a região com o segundo maior aumento absoluto de pobreza de aprendizagem: a parcela de crianças que não consegue ler e compreender um texto simples ao terminar o ensino fundamental pode aumentar de uma linha de base de 51% para 62,5%, o que representa aproximadamente mais 7,6 milhões de crianças pobres de aprendizagem.

A América Latina e Caribe pode ser também uma das regiões com o maior aumento absoluto na parcela de estudantes que ficam abaixo dos níveis mínimos de proficiência medidos pelos resultados no exame do PISA. O relatório supõe uma duração ao tempo de fechamento de escolas, analisando caso dure 10 meses e eficácia moderada das medidas de mitigação, a parcela de estudantes abaixo dos níveis mínimos de proficiência na América Latina e Caribe pode aumentar do seu nível atual de 55% para 71%, os dados são verídicos uma vez que segundo dados da UNICEF, em países de rendas baixa e média, até

⁷ **POLÍTICAS educacionais na pandemia da covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?**. 2 abr. 2020. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/POLITICAS-EDUCACIONAIS-NA-PANDEMIA-DA-COVID-19-O-QUE-O-BRASIL-PODE-APRENDER-COM-O-RESTO-DO-MUNDO.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2022.

⁸ COVID-19: mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe, estima o Unicef, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 7 ago. 2022.

70% dos alunos de 10 anos de idade têm dificuldades para ler ou entender um texto simples, sendo que antes da pandemia, o índice era de 53%. (UNICEF, 2022).

Com a grande quantidade de alunos de todo o mundo sem aulas presenciais, esforços foram sendo feitos por educadores em busca de alternativas para seguir o processo educacional. Em países desenvolvidos, a grande maioria da sociedade não enfrenta dificuldades de ensino com as baixas condições financeiras e estruturais de oferecer as crianças e jovens possibilidades para o aprendizado em casa. Porém, essa realidade muda em países subdesenvolvidos e mais pobres e a principal dificuldade é pautada no acesso digital. Segundo a UNESCO (2020), o relatório “The State of Broadband”⁹, mostra que há apenas 54,8% dos domicílios no mundo conectados à internet, no Brasil segundo dados do Governo, 7,28 milhões de famílias não possuem conexão à rede em casa em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE *apud* InfoMoney, 2022). Apesar de ser um número relativamente baixo se comparado ao total da população do Brasil, essas famílias estão concentradas em determinadas regiões do país, segundo o IBGE, quase todos os estudantes de escolas particulares tinham acesso à internet (98,4%), já no ensino público, eram 83,7%. Essa diferença é ainda mais marcante entre as grandes regiões do país. No Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente. Nas demais regiões esse percentual variou de 88,6% a 91,3% (IBGE, 2021). Nesse cenário, muitos foram os países que recorreram, com maior ou menor sucesso, à educação a distância (EAD).

Aqui no Brasil também foi utilizada essa estratégia, porém tem acentuado uma desigualdade histórica e estrutural que marca a nossa sociedade: o acesso à educação. Apesar da nossa Constituição Federal (Brasil, 1988) considerar um direito de todos (artigo 205, caput) e que tem como um de seus princípios “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (artigo 206, inciso I). No dia em março de 2020, uma portaria do Ministério da Educação autorizou a substituição de aulas presenciais por aulas remotas enquanto durasse a pandemia de covid-19 (MEC, 2020), essa iniciativa privou aqueles que não tem acesso a essas tecnologias para conseguirem estudar de casa. Além disso, o Brasil é um país que enfrenta sérios problemas relacionados a falta de assistencialismo aos mais carentes, uma vez que existem crianças que se alimentam quase que exclusivamente da merenda escolar, em um país onde segundo os dados de 2019 revelam que cerca de 14

⁹ Disponível em: <https://www.itu.int/itu-d/reports/broadbandcommission/state-of-broadband-2021/>

milhões de alunos são beneficiados pelo programa Bolsa Família, o Brasil tem 9 milhões de crianças adolescentes em situação de extrema pobreza.¹⁰

Em suma, faltam recursos para o acesso às mais modernas tecnologias, além disso faltam também as mínimas garantidas as condições de segurança alimentar e de saúde física e mental, sem as quais viver se torna uma tarefa extremamente difícil, e estudar, praticamente impossível.

CONCLUSÃO

A estrutura atual de financiamento da educação pública, baseada em gestões descentralizadas de ensino e nos fundos de financiamento estudantil como Fies, possibilitaram um aumento na quantidade de recursos investidos na educação. A maior parte desses recursos foi canalizada para o nível de ensino básico e posteriormente os profissionalizantes para atender as demandas da economia emergente do país, correspondente à escolaridade obrigatória, como analisado no início da pesquisa. Porém, a marginalização de investimentos no ensino médio e superior fez com que os jovens cada vez mais enxergassem a entrada em universidades como um sonho difícil de ser realizado, essa visão foi dominante entre aqueles advindos de famílias pobres.

Entretanto, o Plano Plurianual trouxe importante avanços no que se refere ao deslocamento de recursos público para a educação, assim como foi analisado, ele se tornou o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal. Porém, a partir das políticas educacionais implementadas especialmente durante o governo de Luiz Inacio Lula da Silva (2003-2008), foi possível expandir a cobertura do sistema público de ensino, principalmente no nível superior, cujo acesso foi praticamente universalizado. Entre essas políticas, destacamos o papel do ENEM para a educação no Brasil, porém, apesar desse avanço, a educação no país ainda é considerada baixa, principalmente no ensino oferecido nas escolas públicas, quem sofrem com problemas estruturais devido à falta de investimentos.

Em comparação com outros países da América Latina, a população brasileira possui baixa escolaridade. Segundo, FRANCA (2013, p. 20), na agenda da política educacional consta a universalização do ensino dos 4 aos 17 anos, a melhoria da qualidade da educação, a elevação da escolaridade da população adulta e a ampliação da jornada

¹⁰Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/03/24/pandemia-do-coronavirus-pode-levar-fome-a-quem-depnde-da-merenda-escolar.htm>

escolar. Essas medidas como mencionadas nessa pesquisa, fazem parte do Plano Nacional da Educação (PNE). Apesar desse aumento no gasto público total em educação, o valor investido por aluno na educação no Brasil ainda é baixo. Nesse trabalho, mostrou-se que a desigualdade educacional é mais explícita nas regiões norte e nordeste, onde há o maior número daqueles indivíduos que compõem o grupo de pessoas que não conseguiram concluir o ensino médio e que permaneceram incapazes de seguir na escola devido à falta de recursos financeiros.

A pandemia da COVID-19 acentuou ainda mais essa desigualdade existente no país. Aqueles sem recursos para frequentar aulas online foram fortemente prejudicados por diversos motivos, entre eles a falta de acesso as tecnologias que possibilitam a educação à distância e, a escassez de recursos básicos essenciais para a pessoa, como alimentação (uma vez que muitas crianças vivem da merenda escolar) e moradia, deixando evidente a segregação social nas escolas do Brasil, apesar das melhorias pontuais. Assim, apesar do EAD ter trazido soluções temporárias para garantir a educação de crianças e adolescentes no país, é necessário primeiramente que haja maiores investimentos em educação e o desenvolvimento de políticas públicas profundas nesse campo, que tragam soluções para as condições sociais e econômicas da maior parte dos estudantes brasileiros, pois foram esses os mais atingidos pelas consequências da pandemia de covid-19, uma vez que no Brasil a modalidade EAD ou qualquer outra forma de ensino remoto mediado por tecnologias digitais, só trazem benefícios para aqueles que possuem condições financeiras para obter o acesso, o que acaba por potencializar as desigualdades sociais e econômicas do país.

Em relação do Exame nacional do Ensino médio, podemos destacar que apesar do seu caráter democratizador, o Enem produz efeitos excludentes, pois é um exame de seleção dentro de um país desigual, onde aqueles com condições financeiras melhores, têm mais chances de conseguir uma boa nota para ingresso na universidade através do ENEM, enquanto jovens de famílias menos favorecidas economicamente, são privados de frequentar a escola e como consequência, afeta o desempenho desses na prova. Entretanto, é importante considerarmos também que segundo Travitzki (2021), os alunos que ingressaram pelo Enem apresentam um perfil mais favorecido do que a média da população brasileira, apesar da diferença pequena em alguns casos. Mas os ingressantes pelo vestibular são ainda mais favorecidos. Isto é, o Enem exclui menos quando comparado às outras formas de ingresso, sendo, “nesse sentido, mais equitativo do

que as alternativas hoje disponíveis, segundo os dados analisados” (p. 179), e isso se dá por dois motivos, primeiro pela política de cotas e segundo, pelo apoio social.

O Enem é aceito como forma de ingresso em mais de 50 unidades no exterior, o Sisu é composto por mais de 100 universidades públicas e privadas, em 2021 foram ofertados 62 mil vagas para 2 mil cursos de graduação, a dimensão dessa prova no Brasil é imensa em termos de alcance e oportunidades para os estudantes segundo dados do Guia do estudante. Ou seja, apesar do tamanho da prova, para garantir a expansão do cumprimento das promessas do Enem, isto é, de proporcionar o acesso as universidades a todos estudantes independentemente da condição financeira, é importante que haja integração entre Enem, Sisu, reserva de vagas (cotas) e apoio dos órgãos públicos ao estudante com ampliação das políticas de cotas (para acesso) e de apoio social (para permanência).

Como analisado na presente pesquisa, a desigualdade no Brasil abrange o âmbito econômico, social e, principalmente, o da educação e das oportunidades. Negros representam 53,6% de toda a população brasileira e, mesmo sendo maioria, estão numa minoria de espaços considerados importantes, como chefias de empresas e outros cargos de relevância social. Apenas 12% da população preta e 13% da parda têm ensino superior. Entre os brancos, o número é 31%. A diferença no nível de escolaridade se reflete também na renda. Conforme dados de 2015 do IBGE, o salário da população preta e parda equivale a 59,2% da população branca. Em se tratando da mulher negra: seu salário equivale a 35% ao de um homem branco, segundo dados do PNAD 2014. Dessa forma, as cotas possibilitam ao Enem cumprir o objetivo de democratizar o acesso ao ES, sendo especialmente essencial para o ingresso nos cursos mais concorridos como medicina. Essa política, é uma consequência dos investimentos públicos na educação, investimentos esses direcionados e planejados para atender esses estudantes menos favorecidos. Para que elas continuem sendo efetivas quanto a diminuição da desigualdade educacional, é essencial que mais investimentos sejam feitos na educação pública, pois como demonstrado, ainda representam pouco do total dos gastos públicos.

Dessa forma, constata-se que no Brasil, há uma atuação ainda insuficiente do governo brasileiro, no que tange à destinação de recursos públicos para o setor educacional, tanto básico quanto superior no país. Os dados aqui expostos nos permitem concluir que a destinação de recursos para estudantes no campo de acesso ao Ensino Superior no Brasil não apenas influenciou o número de prestantes do ENEM, como também modificou o perfil dos candidatos prestantes à prova. No caso brasileiro existe

uma forte correlação entre o perfil socioeconômico e a rede de ensino que os indivíduos estudam, uma vez que os investimentos em educação permitem entre outras coisas, contratar profissionais qualificados que possam promover uma educação de qualidade para alunos da rede pública e estadual. No caso brasileiro existe uma forte correlação entre o perfil socioeconômico e a rede de ensino que os indivíduos estudam como demonstrado na presente pesquisa.

Conclui-se assim, que essas políticas se configuram como um meio cada vez mais essencial para que as pessoas possam mudar de vida, conseguindo oportunidades de melhorar suas condições financeiras futuras e combatendo a desigualdade estrutural existente no Brasil, que infelizmente está enraizada na nossa sociedade e economia, mas que por sua vez, pode ser combatida através da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5070044/mod_resource/content/2/BEAB%C3%81%20DO%20%20MEC%20USAID-%20MARCIO%20ALVES.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.
- AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, F. B. O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2011, v. 19, n. 70, p. 21-42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000100003>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 39–55, 2018. DOI: 10.26843/v2.n1.2009.534.p39 - 55. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/534>. Acesso em: 02 set. 2022.
- BANCO MUNDIAL. Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças – Os custos e a resposta ao impacto da pandemia de Covid-19 no setor de educação na América Latina e Caribe. **Banco Mundial**. Washington: março de 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35276/Acting%20now-sumPT.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.
- BRASIL, O. N. U. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 set. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2022

BRASIL. **Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.html. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2015. **Ministério da Educação**. Brasília: MEC, 2014b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2022.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. O PROUNI na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 55–68, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3216>. Acesso em: 9 ago. 2022.

CONTEÚDO, Estadão. 8,7 milhões de alunos não tiveram acesso a aulas remotas na pandemia. **Exame**, 21 ago. 2020. Coluna. Disponível em: <https://exame.com/brasil/87-milhoes-de-alunos-nao-teve-acesso-a-aulas-remotas-na-pandemia/>. Acesso em: 05 set. 2022.

CORIAT, B.; SABOIA, J. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 9, n. 2 (1989). p.3-45. Disponível em:

<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1213/1565>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Coronavírus: os sites em tempo real que mostram dados de mortes, curvas de contágio e mutações. **BBC News Brasil**, 21 mar. 2020. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51987873>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **EDUCAÇÃO, ESTADO E DEMOCRACIA NO BRASIL**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2009.

DAMBROS, Marlei; MUSSIO, Bruna Roniza. Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações. In: X ANPED SUL, Florianópolis, out. 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/656-1.pdf. Acesso em: 6 set. 2022.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando e RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES** [online]. 2001, v. 21, n. 55, pp. 58-77. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>. Acesso em: 10 set. 2022.

FERNANDES, Daniela. 4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. **BBC News Brasil**, 07 dez. 2021. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>. Acesso em: 05 set. 2022.

Garagorry, Jorge Alano Silveira. Economia e política no processo de financeirização do Brasil (1980-2006). 2007. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3794>. Acesso em: 10 mai. 2022.

Gazeta do Povo. PIB do Brasil: histórico e evolução em gráficos [Internet]. 29 abr. 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GHIRALDELLI JR., PAULO. A teoria educacional no Ocidente: entre modernidade e pós-modernidade. São Paulo em Perspectiva [online]. 2000, v. 14, n. 2, p. 32-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200005>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GONÇALVES, Andre Luiz. Os efeitos das transferências fiscais sobre as despesas públicas e arrecadação tributária dos municípios brasileiros. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 15, n. 28, pg. 17-27, 2014. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/2606>. Acesso em: 13 jul. 2022.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Orçamento participativo, controle social e o poder público municipal**: a experiência de União da Vitória/PR, (1997-2000). 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001293137>. Acesso em: 09 jul. 2022.

LACERDA, A. C. d. *et al.* **Economia Brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. P. 190 – 290.

CASTRO, Marta Maria de. Educação Infantil: equidade e qualidade. Brasília: UNESCO, 2009.

LEME, Alessandro André. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 114-138, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 ago. 2022.

Mundo ainda tem 635 milhões de estudantes afetados por escolas fechadas devido à Covid-19. **ONU News**, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/01/1777332#:~:text=Mais%20de%20635%20milh%C3%B5es%20de,Unidas%20para%20a%20Inf%C3%A2ncia%2C%20Unicef>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Mundo ultrapassa média de 2 milhões de casos de Covid por dia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/01/mundo-se-aproxima-de-media-de-2-milhoes-de-casos-de-covid-por-dia.shtml>. Acesso em 30 jul. 2022.

OLIVEIRA, A. F de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: Oliveira, A. F. de.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Org.). Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpa/article/view/19491>. Acesso em: 09 set. 2022.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; STRASSBURG, Udo; RIPPEL, Ricardo. Planejamento da educação brasileira: uma ferramenta para o desenvolvimento. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 1, p. 19-37, dez. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2598>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PESTANA, Maria Inês. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 79, n. 191, 1998. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1225>. Acesso em: 05 set. 2022.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade** [online]. 2002, v. 23, n. 80, pp. 108-135. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000008>. Acesso em: 15 set. 2022.

Políticas educacionais na pandemia da covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?. **WORLD BANK**, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/POLITICAS-EDUCACIONAIS-NA-PANDEMIA-DA-COVID-19-O-QUE-O-BRASIL-PODE-APRENDER-COM-O-RESTO-DO-MUNDO.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

SALVADOR, Evilasio. **FUNDO PÚBLICO E SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Clarissa Tagliari. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2012, v. 93, n. 235, pp. 770-790. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/s4zHXBHRqqfyL5KGpL4Ccj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. de S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 4, p. 941 a 964, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7022>. Acesso em: 9 set. 2022.

SEMESP. Mapa do ensino superior brasileiro. **INSTITUTO SEMESP**, 12° ed. 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/>. Acesso em: 10 set. 2022.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educación y justicia social en América Latina**. Fondo de Cultura Económica, 2012.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: América Latina e Caribe - Inclusão e educação para todos. Paris: **UNESCO**, 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

UNICEF. Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe, estima o UNICEF. **Comunicado de imprensa**, 23 mar. 2020. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-porcento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 07 ago. 2022.

VELLOSO, J. . Investimento público em educação: quando e onde?. **Ciência e Cultura (SBPC)** , São Paulo, v. 40, p. 359-365, 1988.

VIGGIANO, Esdras; MATTOS, Cristiano. O desempenho de estudantes no Enem 2010 em diferentes regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 417-438, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.94i237.372>. Acesso em: 05 ago. 2022.